



ANAIS

XI Seminário Internacional Práticas Religiosas no Mundo Contemporâneo.

XI Colóquio Nacional Cultura e Poder.

**X Seminário de Pesquisas do Laboratório de Estudos.
sobre Religiões e Religiosidades.**

**Laboratório de
Estudos sobre Religiões e Religiosidades (LERR)**

Universidade Estadual de Londrina (UEL)

2025

**GT 10- (Radicalização conservadora: o ativismo religioso e os
novos desafios ético-políticos profissionais)**

DESAFIOS DEMOCRÁTICOS AO SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE NEGAÇÃO DA POLÍTICA.

Luci Faria Pinheiro¹
Railson da Silva Barboza²

Resumo: A ideia central deste trabalho é problematizar sobre os efeitos do conservadorismo mediante a polarização política, dialogando com a crise das esquerdas resultante da crise do capital, que condena a política e em consequência produz retrocessos nas lutas dos assistentes sociais e a consolidação dos princípios ético-políticos. Procura-se mostrar que tais crises dificultam a mobilização da categoria profissional e seu poder de democratização das políticas sociais. A crise do trabalho aparece como pano de fundo das reformas do Estado, tornando tais políticas espaços reprodutores de uma cultura profissional conformada e carente de alianças com a classe trabalhadora, mas vulnerável aos avanços do mercado em propostas conservadoras, esferas de moralização e consolidação de intelectuais e aparelhos tradicionais de hegemonia burguesa.

Palavras-Chaves: Serviço Social. Democracia. Sociedade civil. Conservadorismo. Religião.

INTRODUÇÃO

O ódio e a polarização manifestam-se como efeito de radicalização do capital, sob os efeitos de uma crise da classe burguesa, anunciada desde a égide neoliberal, ganhando forças na economia e tornando-se hegemônica em etapas, marcadas por inovações que buscam maior lucratividade, mesmo que destrua grupos empresariais, gere desemprego, violência e pobreza.

A ascensão da extrema direita no Brasil se apossa de meios democráticos para implantar agenda neoliberal e sua busca por hegemonia, e um dos instrumentos utilizados é a propagação de um cenário de totalitarismo e intolerância reforçada (Barboza e Pinheiro, 2023). O neoliberalismo é o arcabouço teórico-ideológico, que a partir do século XX vem causando a crise do trabalho assalariado, do Estado e uma ditadura do mercado. Através das tecnologias digitais esse projeto oferece um suporte básico e orgânico ao domínio do capital, ao gerar novas frentes de trabalho que dispensam a mobilização coletiva, invertendo as lutas democráticas dos trabalhadores, enfraquecendo sindicatos e demais movimentos na sociedade civil. O empreendedorismo é uma proposta de renda que vem preencher as lacunas dos sindicatos, dividindo as lideranças sociais e tornando-se uma utopia que se espalha de diferentes formas, de acordo com os avanços das forças

¹ Professora da Escola de Serviço Social – UFF. Assistente Social, Doutora em Antropologia e Sociologia Política pela Université Paris 8. Coordenadora do Laboratório de Serviço Social, Movimentos Sociais e Novos Projetos Sociais (LASSAL). Email: lucifariapinheiro@id.uff.br .

² Doutorando e Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense– RJ. Pós Graduado em Ética e Filosofia Política pela Faculdade Unyleya. Bacharel em Filosofia pela PUC-Rio. Email: railson_barboza@yahoo.it.

liberais conservadoras e dos níveis de competitividade requeridos para sobrevivência de uma comunidade ideal, atrelada a valores do passado, como no liberalismo clássico do século XVIII (Acanda, 2006).

Embora nos Estados Unidos a mesma lógica se apresente com sucesso, o nível de polarização se radicaliza como expressão das forças conservadoras na competição com o estado democrático, atualizando o anticomunismo (Pinheiro, 2021). Ou seja, deparamos com uma configuração reciclada da questão social, visando manter a essência do capitalismo, sem que a dependência do trabalho humano não se radicalize nos moldes políticos do passado, como vigorou nos países desenvolvidos do pós-guerra, com ascensão dos sindicatos.

Durante a história do neoliberalismo no Brasil, houve uma convergência das classes oligárquicas com a burguesia urbano-industrial. Avançado o processo democrático desde 1986, onde tais forças se adaptam ao modelo de globalização da economia, obtendo êxito nas exportações como economia periférica, trata-se agora de ganhar novas adesões da sociedade civil e derrotar a cultura democrática de quatro décadas, das quais a metade se deu sob a liderança das forças de esquerda. Diante dessa configuração de classe, o que se coloca para os defensores do estado de direito é a sobrevivência desse ideário, através da mobilização política como condição de reprodução da classe trabalhadora. Deste modo, é incessante mas ainda promissor, o movimento no Serviço Social de enfrentamento das variantes da cultura neoliberal, que permeiam a sociedade e o Estado, colocando desafios à prática profissional e arcabouço teórico-crítico e ético-político de projeto do Serviço Social.

Para se consolidar na atualidade, mediante as difíceis condições de trabalho, há ainda um intenso debate e mobilização interna e externa, a serem realizados sobre estratégias políticas de fortalecimento das lutas sociais frente à propagação de discursos anti-éticos e o crescimento dos pressupostos reacionários das forças conservadoras. A questão que se coloca ao final é de como avançar enquanto categoria organizada e fazer frente aos desafios de atender direitos sociais, quando em realidade não se consegue chegar até as lideranças legítimas das comunidades e grupos de trabalhadores, para refletir e gerar consenso em torno às estratégias de resistência, alimentando no trabalho, objetivamente, os valores e projetos legítimos da classe trabalhadora.

QUESTÃO SOCIAL E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.

Entendemos que a questão social pode ser apresentada tanto a partir dos efeitos sobre a classe trabalhadora das relações entre capital e trabalho, portanto, pelo grau e diversidade de suas manifestações sobre a pobreza, inerente à ordem do capital. Como também, de forma interligada

aos processos de mobilização da classe trabalhadora, configurando-se em consciência do grau de exploração do trabalho, mediante o qual não consegue sobreviver e almejar um futuro de emancipação. Não é uma finalidade do capital ou da classe detentora da riqueza, preocupar-se com os desdobramentos da questão social sobre os trabalhadores. (Netto, 2001) Por isso é crucial na ordem burguesa e os processos de mobilização e resistência, a conquista de melhores condições de vida, como trabalho e renda, saúde, educação, liberdade e participação. À classe dominante compete formar “aparelhos de hegemonia” (Gramsci, apud Buci-Gluksmann, 1979) que objetivem os seus discursos, de forma a amortecer os efeitos da crise na vida da população, assolada pela insegurança que trazem as mudanças estruturais.

Fontes (2012) demonstra como a partir da década de 1990, há na sociedade civil uma proliferação das entidades sem fins lucrativos, como estratégia de gestão social da crise, que estruturalmente abrange o Estado em suas funções sociais. O emprego da violência contra as formas de mobilização da classe trabalhadora, ganha vultos progressivos em nome da ordem social prevista pelo Estado neoliberal, em defesa do mercado. Primeiramente, a crise dos anos 1980 é enfrentada pela mobilização da classe trabalhadora; nos anos 1990 ela leva a classe empresarial a ações associativas, que viriam progressivamente a ocupar o espaço político exercido pelos sindicatos, e ao mesmo tempo, usufruir das reservas que o Estado obterá em contrarreformas realizadas.

Propagadas pelos representantes do capital, dentre os quais o setor informacional e as mídias em geral, uma apologia do empreendedorismo ou do trabalho informal, constitui parte do dinamismo que a precarização pretende devolver ao mercado, em forma de lucros permanentes. Desde então, o terceiro setor sob a liderança do mercado financeiro e dos meios de comunicação, as chamadas bigtechs, têm sido por meio destas os mais favorecidos pela concentração de riqueza, abrindo oposição em massa aos valores democráticos.

A realização de uma extrema e profunda remodelação do Estado tornava claro o que estava em jogo na campanha antiestado, ao fomentar uma expansão seletiva da sociedade civil, voltada para desmontar, pelo interior, as organizações populares, assegurar novos setores de atividade capitalista que precisavam gerenciar força de trabalho desprovida de direitos e expandir a direção da burguesia altamente concentrada sobre o conjunto das atividades sociais. (Fontes, 2012, p. 264)

A busca de hegemonia pela classe dominante reforça o pensamento da primeira fase do pensamento de Gramsci. A crise que ora põe em risco a segurança dos trabalhadores, deixando-os à deriva, é travada pela ofensiva burguesa através de um embate na sociedade civil, contra as organizações de esquerda. Entretanto, o conceito de hegemonia em Gramsci, passou posteriormente a absorver as lutas da classe trabalhadora, pela conquista de hegemonia na sociedade civil organizada, os “aparelhos de hegemonia”. (Buci-Gluksmann, 1979). Gramsci desenvolve também o conceito de intelectual orgânico, identificando os quadros de especialistas responsáveis em organizar e atualizar a ideologia de classe, as estratégias de obtenção de consenso da população, tanto em defesa do projeto da burguesia, como também, do lado oposto, os partidos de esquerda e organizações coletivas, em defesa de um projeto socialista. Ao realizar esse movimento, diante do conhecimento dos conselhos de fábrica enquanto militante do PCI (Partido Comunista Italiano), o filósofo elimina a ideia de elite intelectual, incorporando a função de educadoras às lideranças da classe trabalhadora, partidos, sindicatos e associações. Ele inscreve entre os “aparelhos de hegemonia” todos os equipamentos do Estado e da sociedade civil, como agentes de transformação ou reprodução de ideologias, sejam eles, associações empresariais públicas ou privadas, imprensa e sindicatos, igrejas, escolas e grêmios estudantis, associações de moradores e coletivos organizados, partidos políticos, instituições do Estado. Em todos eles se travam disputas de projetos de sociedade, sendo portanto reconhecida a importância destes espaços para a conquista de hegemonia.

No Brasil, a partir do projeto da ditadura civil e empresarial militar, a visão de Gramsci foi muito importante para a compreensão do fenômeno da dominação burguesa, no primeiro período, onde impera a censura das entidades trabalhistas e mesmo, dos avanços libertários de um setor da Igreja católica, cujas lideranças sofreram as mais cruéis táticas de tortura. (Pinheiro, 2010) Uma organização da resistência democrática foi essencial na apreensão das concepções de Gramsci. Se por um lado, a resistência irá contar com os operários organizados no polo industrial do ABC Paulista e os intelectuais e ativistas retornando-se do exílio, a crise aviltante dos direitos sociais levará as esquerdas a se concentrarem na reorganização do Estado, buscando legitimar as instituições democráticas; por outro lado, era o momento de sintonizarem-se com o avanço do debate e em pautas negadas pelo poder ditatorial.

O tempo histórico trazia desafios que as novas gerações não estavam preparadas para enfrentar, no campo político, como as privatizações na educação, na saúde e a terceirização

dos serviços públicos que o projeto neoliberal propaga como alternativa a uma suposta falência do Estado. Uma particularidade do capitalismo periférico é que a globalização chega tardiamente, submetendo suas economias às novas determinações do centro. Somado a isso, advém uma cultura na democracia formal, de forma homogênea e unilateral, nos moldes estadunidenses, após a derrota do socialismo soviético, em 1989. Deste modo, todas mudanças no mundo do trabalho são verticalmente transpostas do centro para a periferia do capital, com desdobramentos da questão social onde as contrarreformas do Estado reproduzem em profundidade a pobreza. Por isso, torna-se cada vez mais necessário uma adesão do projeto profissional à crítica marxista, como contribuição à alternativa socialista.

Como observa Mota apud Mészáros (2002), a crise contemporânea apresenta características centrais, como: *é global e não setorial; tem alcance mundial; é de longa duração e sem saídas possíveis a curto ou longo prazo*. Mota ainda reforça tais características, citando Mandel (1990) sobre o início de tal crise, nos idos de 1970: ela se desencadeia em todas as relações capitalistas de produção na ordem burguesa, culminando num retrocesso do crescimento econômico, aprofundando seus efeitos e se reproduzindo a partir de flutuações econômicas conjunturais. (Mota, 2002, p. 15)

Resgatando a tradição de lutas por democracia, é importante pontuar que as convergências entre ativistas oriundas da Igreja católica e dos partidos clandestinos do campo socialista, foram potencializadas, como também, na unidade necessária das esquerdas em decisões importantes para a classe trabalhadora. (Pinheiro, 2010) Essa tradição de alianças obteve conquistas importantes, mas frente aos efeitos prolongados da crise do capital, houve também um período de crise que dificultou o enfrentamento do radical conservadorismo. Mota et al. (2002, p. 60) aponta um nacional-capitalismo, anti-neoliberal e anti-imperialista das forças progressistas, ao chegarem ao poder em 2002, ao se vincularem a processos de modernização, sem que alterem os pilares das relações sociais capitalistas (...), *se dando nas políticas compensadoras de enfrentamento à pobreza, feitas com o uso de novas pedagogias de concertação de classes*. Com o protagonismo das plataformas digitais no controle das liberdades democráticas, dado que estão no centro das ilhas de maior lucratividade, obtidas mediante a crise, estas confundem mais do que contribuem para a formação de uma consciência política que levante o debate sobre a democratização da riqueza produzida. Seria o que Mota denominou como:

despolitização das lutas e do caráter classista das desigualdades sociais que passam a ser entendidas ora como exclusão, ora como evidência da

desfiliação em relação à proteção estatal, ambas confluindo na defesa de estratégias de inclusão e inserção, permitindo que o existente se transforme em ideal, e sitiando, assim, a construção de projetos sociais emancipatórios. (Mota et al., 2002, p. 60).

APARELHOS DE HEGEMONIA E RADICALIZAÇÃO CONSERVADORA. DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL.

Partimos do entendimento de que os profissionais de serviço social, a partir dos avanços obtidos em termos de resistência ao projeto neoliberal, no marco dos anos pós-ditadura até então, podem se constituir em intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, formando e disseminando valores democráticos, na contramão do movimento ameaçador, inaugurado com o bolsonarismo. Os novos aparelhos de hegemonia se constituem no seio da sociedade civil, onde residem os aparelhos de Estado, como: políticas sociais e demais espaços sócio-ocupacionais do serviço social. A esfera da política não se limita aos partidos, está presente em todas as relações de disputa de ideias ou de direitos sociais, como nas políticas de educação, de saúde e seus conselhos gestores, dentre outros coletivos e entidades sociais. O debate sobre as controvérsias dos espaços de produção e reprodução de forças contraditórias, fora aprofundado na literatura dos anos 80-90 no Serviço Social, onde as políticas sociais aparecem como espaços de disputa de projetos. Em Faleiros (1987), Mota (1985), Menezes (1993) dentre outros autores, perspectivas heterogêneas são identificadas. Faleiros observa que *se o Estado não é resultado de um consenso social para evitar “a guerra de todos contra todos*, há deste modo que:

situá-lo no contexto global da sociedade (...), onde ele é ao mesmo tempo, o lugar do poder político, um aparelho coercitivo e de integração, uma organização burocrática, uma instância de mediação para a práxis social capaz de organizar o que parece um determinado território como o interesse geral. (Faleiros 1987, p. 46)

É preciso considerar que os processos de expansão recente dos valores conservadores ocupam um lapso histórico oriundo de uma organização lenta das forças conservadoras e sua constituição tem como eixo central, a liberdade de mercado e a formação de consenso a partir da noção de comunidade, formada pela propriedade privada. A sociedade civil se realiza nos

termos do debate clássico, como eixo básico, embora sempre polêmico na história do liberalismo, desde o século XVIII. (Acanda, 2006).

Nesse processo histórico de ascensão do neoliberalismo, o momento atual é de tensão extrema contra os valores democráticos. Entretanto, há que se agregar aos aparelhos de hegemonia, os novos espaços constituídos pelos grandes *streaming*, no enfrentamento dos marcos legais do Estado, bem como, na captação de difusores do mercado, a cada um uma habilidade especial para alimentar a competitividade no mercado e entre os trabalhadores, os chamados *youtuber* ou *influencer*. Tanto o contratante quanto o contratado, revestem conscientemente do papel de intelectuais orgânicos ou difusores de ideologias empresariais. Ao persuadirem através da imagem e as dublagens, conforme um padrão falsamente heterogêneo, plural, criativo e livre, seus efeitos na padronização de comportamentos dita as tendências das quais o respeito ao direito atribuído e atendido pelo Estado, é inadequado, superado e sem sentido. Deste modo, a partir das eleições de 2018 são inauguradas as táticas políticas inovadoras da burguesia que a distancia dos valores liberais, em nome de superação da crise de rendimentos. Passaram a ser moduladas por pesquisas rápidas de opinião e projetadas falsas, através de algoritmos ou inteligência artificial.

TRABALHO, DEMOCRATIZAÇÃO, SUBJETIVAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL.

Dois eixos de interpretação nos parecem importante para situar o serviço social neste texto: a retomada do pensamento de Gramsci no que tange a adoção de uma pedagogia de trabalho essencialmente democrática, como parte do referencial sustentado pelo projeto de feição socialista, vinculado ao trabalho profissional e, uma atualização do projeto que contem a vertente inaugurada por Netto (1992) como *intenção de ruptura*, em cujo processo foi fundamental na afirmação do Estado laico, um isolamento da crítica à religião, que o jovem Marx faz até à crítica da economia política, em O Capital. Eis que os desafios dessa vertente foram potencializados na atualidade, a partir dos avanços do conservadorismo e da extrema-direita, onde as instituições religiosas e suas lideranças político-religiosas, apresentam novos poderes de persuasão, vestindo o conceito de Gramsci, tanto por meio de templos propagados do centro à periferia urbana e em redes de TV e internet, onde se formam e legitimam-se discursos radicais de demonização da política. Ao mesmo tempo, formam seus próprios representantes no parlamento e assem partido frente a candidatos os mais.

Em síntese, os desafios colocados às esquerdas e em especial ao projeto profissional, são de entender que os inimigos políticos são os “educadores” populares da população periférica e concorrentes nas lutas por hegemonia do pensamento crítico e da classe trabalhadora. Funcionam como verdadeiros aparelhos responsáveis em apagar a memória política constituída através de lutas sociais. No entanto, os limites físicos das instituições manifestam, não somente as condições restritas de trabalho, mas também os efeitos das *contrarreformas* (Mota, 2010) que o Estado tem realizado: processo longo de desdemocratização dos direitos, que distancia os assistentes sociais dos usuários mediante diferentes inovações: a digitalização dos sistemas, sem acesso direto internamente, nem externamente pela população. A deterioração das condições de vida afeta diretamente os profissionais do Serviço Social, por sua dependência do trabalho como fonte essencial de reprodução, exigindo-lhes a dispersão em busca de complemento de renda frente à tendência de precarização da esfera pública e das condições de trabalho no interior da sociedade civil. As mudanças no mundo do trabalho desfiguram as bases sócio-ocupacionais e ao mesmo tempo, provoca entre as novas gerações um distanciamento das lutas políticas da classe, remetendo à subjetividade e auto-responsabilização, onde a esfera do religioso reaparece com força, como modo de ser dos indivíduos desfilados de suas base de classe, para tornarem-se adeptos aos novos encantos do mercado, através do empreendedorismo e de resgate da profissão como vocação a ser valorizada no mercado ou na sociedade civil. Nas palavras de Menezes: *a noção de sociedade civil vem se prestando a múltiplos arranjos, interpretações e conveniências de ultima hora. Em outras palavras, ela é passível de usos arbitrários e consequentemente, de abusos nos campos político e pratico.* Para a autora, *A sociedade civil, sem articulação com o “sistema de necessidades”, torna fácil a suposição que não está em questionamento a racionalidade do sistema capitalista.* Menezes (2007, p. 130).

CONCLUSÃO

. Em síntese, podemos afirmar que no compasso em que o projeto de *intenção de ruptura* se desenvolveu, avançou também uma hegemonia do capital, na era de mundialização do capital, deixando um rastro de contradições e repercussões da questão social, mediante o avanço das privatizações que compõem as contrarreformas do Estado, como também a redução das condições de assalariamento da classe trabalhadora, atingindo frontalmente a categoria profissional de assistentes sociais.

As bases de sustentação do projeto profissional ressentem de inteira adesão dos profissionais em situação de precarização do trabalho, ou seja, a hegemonia interna do projeto ético-político se mostra como um grande desafio, ademais de seu conhecimento e apoio por parte da sociedade e entidades representativas dos trabalhadores. A precarização das condições de trabalho é uma realidade vivenciada por todos os campos de atuação e compromete as utopias profissionais por um futuro de emancipação. Identificar-se e aderir às lutas gerais dos trabalhadores, assim como, abrir-se às pautas de interesse geral, é sempre uma possibilidade, mas sem garantia de adesão dos profissionais, sobretudo nesse momento histórico.

Entende-se que se processa uma abstração das bases objetivas de materialização do projeto profissional, no qual a classe trabalhadora tenha adesão e participação. Isso exige maior atenção, no sentido de estabelecer conexões maduras, uma relação entre iguais e diferentes, que prime pela solidariedade coletiva e saiba interpretar as particularidades da questão social, em cada complexo da vida social que envolve condições de vida e articulação com o trabalho profissional. Tais lutas circunscrevem e se organizam no seio da sociedade civil, onde se travam diferentes projetos, seja no espaço sócio-ocupacional, público ou privado, independente do tipo de contrato de trabalho. Resgatar as bases e determinações sócio-históricas de surgimento da vertente de Intenção de Ruptura, que condizem com a negação da sociedade idealizada pela sociedade burguesa e seus aparelhos de hegemonia. Dentre estes, as instituições religiosas reiteram mediante a crise de sociabilidade do capital, a vocação para a caridade como mote da moral conservadora, em cujas unidades familiares tem a mulher um papel mais importante do que no trabalho, tornando-se o modelo padrão a ser seguido nos moldes do passado. No âmbito da família e das obrigações femininas, encontra-se o espaço perdido com o assalariamento e as conquistas feministas e LGBTQIAP+. Através da liderança e proteção das mulheres voltadas para os bons costumes e a moral cristã, têm-se de retorno as *damas de caridade*, dos primórdios do serviço social vocacionado. É este padrão de profissionais atrelados aos valores subjetivos e por vezes desiludidos, que se transformam em arma para o enfrentamento às expressões da questão social. Reticentes em relação ao poder de alteração do Estado como grande parte da sociedade, a razão perde seu lugar na aquisição de conhecimentos que transponham o cotidiano repetitivo da prática profissional, negando a capacidade da razão e da ciência. Esse nível de consciência reveste ainda, em auto-responsabilização pelo nível de adoecimento de profissionais e trabalhadores em geral, que

são vítimas da falta de investimentos em políticas públicas, como parte da reprodução da força de trabalho.

A auto-responsabilização e a negação da política, são características do modelo de sociedade que o capital vem configurando como sociabilidade ideal para o enfrentamento das crises cíclicas de rendimentos do capital. É importante salientar que, diante de um fato histórico, o sujeito não deve ficar inerte, pois isso não o isenta da responsabilidade de não resistir à sedução dos grupos e discursos totalitários, que fazem com que o sujeito perca sua própria personalidade (Barboza e Pinheiro, 2023). Resgatar o legado das lutas democráticas para avaliar os avanços históricos na profissão, parece-nos fundamental, em vistas de retomar o método histórico-crítico que os possibilitaram e continua sendo o principal instrumento na identificação das novas expressões da questão social a cada dia, na vida dos assistentes sociais e dos usuários de seus serviços, na divisão sócio-técnica do trabalho.

REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

BARBOZA, Railson da Silva; PINHEIRO, Luci Faria. **Calligaris e Hannah Arendt: a problemática do mal comum**. Revista de Pesquisa em Filosofia Fundamento. Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, v. 1, n.24, 2023. P 1-12 .

BUCCI-GLUKSMANN, Christine. **De la cuestión de los intelectuales a la del Estado**. In Gramsci y el Estado. México, Espanha, Argentina/ Colombia: Século XXI Editores, 1979. p. 33-64.

FALEIROS, José de Paula. **A Política Social do Estado Capitalis. As funções da previdência e da Assistência Social**. São Paulo, Cortez Editora, 1987.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o Capital-imperialismo**. Teoria e História. Rio de Janeiro: Editora Universitaria UFRJ, 2012,

FRANÇA, Teonis. **Novo sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez editora, 2013.

MENEZES, Maria Thereza Candido Gomes. **Em Busca da Teoria: Política de Assistência Social**. São Paulo, Cortez Editora, 1993.

_____. **Economia Solidária. Elementos para uma Crítica marxista**. Rio de Janeiro, Editora Gramma, 2007.

MOTA, Ana Elisabete. **O Feitiço da Ajuda**. As determinações do Serviço Social na Empresa. São Paulo: Cortez Editora, 4a. Ed., 1985.

_____. **As ideologias da Contrarreforma e o Serviço Social**. Apresentação. Maceió: Editora Universitária UFAL, 2010.

_____; Amaral, Ângela Santana do; Peruzzo, Juliane Feix. **O Novo Desenvolvimentismo e as Políticas Sociais na América Latina**. In Mota, Ana Elisabete (Org.). *As ideologias da Contrarreforma e o Serviço Social*. Maceio: Editora Universitária UFAL, 2010. Pp. 35-67.

Netto, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. In *Revista Temporalis*, Ano 2, nº 3, ABEPSS, 2001. P. 41-50.

_____. **Ditadura e Serviço Social. Uma Analise do Serviço Social Pós-64**. São Paulo, Editora Cortez, 1992.

PINHEIRO, Luci Faria. **Serviço Social, Religião e Movimentos Sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Faperj/Gramma, 2010.

_____. **Convergências entre Política, Religião e Economia na Ideologia da Extrema-direita no Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.clacso.org/boletin-2-religiones-y-decolonialidad-en-america-latina/> Consultado em: 15 de abril 2024.

* * * * *